

CONTRIBUIÇÕES PARA ALFABETIZADORES DE JOVENS E ADULTOS EM UMA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA

Andreia Pires da Silva*

RESUMO: O presente artigo tem como meta contribuir com a reformulação da prática pedagógica para os educadores que lecionam ou lecionarão para jovens e adultos. Existe, também, o desejo de que os profissionais desta área despertem-se para as dificuldades no caminho da alfabetização destes alunos, e tomem como foco de atenção o jovem e o adulto em situação de aprendizagem, pois sabemos que tais indivíduos possuem características e necessidades próprias. O nosso objetivo é despertar o desejo nos professores em trilhar seus próprios caminhos, construindo uma prática docente transformadora. Assim, na perspectiva de uma contribuição social, almejamos, mesmo que de forma simbólica, por meio dos questionamentos, problematizações e descobertas, que este estudo possa contribuir no avanço de um ensino mais democrático para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Alfabetização. Jovens e adultos.

Paulo Freire: quem era e o que fez? Uma breve descrição

Quando falamos sobre uma prática docente transformadora, imediatamente surge o nome de Paulo Freire, que é o ícone da educação emancipatória. Assim, o educador que pretende lutar por um ensino mais justo e democrático precisa saber quem foi Paulo Freire, quais trabalhos desenvolveu, como era a educação de jovens e adultos antes dele e em que contexto histórico ele aparece.

Para responder as questões que foram anteriormente abordadas, fizemos um pequeno resumo da biografia desse autor e podemos, assim, descrevê-lo: Paulo Freire nasceu em Recife, Pernambuco, em 1921, e teve uma alfabetização peculiar, o que influenciou posteriormente suas idéias como pedagogo. Aprendeu a ler e a escrever em casa, com os pais que utilizavam palavras de seu cotidiano. A adolescência pobre e a morte prematura do pai dificultaram seus estudos, mas aos 20 anos conseguiu vaga na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou.

Seu interesse maior pela educação o levou a pesquisar profundamente e a elaborar o método de alfabetização que o consagrou. Assim, sobre a sua metodologia de ensino, podemos dizer que um dos seus maiores feitos foi seu método de alfabetizar em que ele usou os temas geradores. Esse método ficou muito conhecido e é fonte de inspiração para muitos alfabetizadores.

Os temas geradores surgem da realidade vivida pelos alunos, e para realizar a seleção dos temas, Paulo Freire pregava a inexistência da neutralidade, ou seja, o alfabetizador pode e deve selecionar temas e contextualizá-los politicamente, buscando formar o espírito questionador do aluno e, assim, contribuir para a formação crítica e transformadora do aluno, capacitando-o a realizar intervenções na sociedade em que vive.

A educação como libertação, o respeito à linguagem do povo, o ensino partindo da realidade do aluno e a interdisciplinaridade foram as bases de sua pedagogia, sendo este espírito revolucionário presente em suas obras. Assim, na tentativa de semear os ideais do mestre Paulo Freire e auxiliar os alfabetizadores a não reproduzirem algumas práticas de ensino que aprisionam, limitam e oprimem os nossos alunos, faremos algumas considerações sobre o livro *Pedagogia do Oprimido*.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Discente do Programa de Pós-graduação, Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Algumas reflexões sobre a *Pedagogia do Oprimido*

Uma das obras mais relevantes de Paulo Freire foi a *Pedagogia do Oprimido*. O educador que tem o sonho de contribuir por um ensino mais democrático pode encontrar muitas respostas para seus questionamentos com a leitura deste livro. Com a leitura dele podemos perceber, primordialmente, que o autor desejou evidenciar que a sociedade está dividida em classes, sendo que os privilegiados de uns impedem que a maioria usufrua dos bens que são produzidos.

A educação é vista como um bem manipulado pela classe dominante e **nesta perspectiva fica excluído os interesses de grande parte da população**, por isso a necessidade de questionar e intervir nos métodos de ensino. Refere-se então a dois tipos de pedagogia: **a pedagogia dos dominantes** em que a educação existe como **prática da dominação**, e **a pedagogia do oprimido** que precisa ser realizada de forma problematizadora, na qual **a educação surgiria como prática da liberdade**.

Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, “imersos” na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que lutar por ela significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários” exclusivos, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões (FREIRE, 1987, p. 34).

Esta liberdade deve surgir a partir dos próprios oprimidos. A pedagogia necessária é aquela que deve ser construída **com ele (o oprimido)** e não **para ele**. Assim, para que o oprimido consiga se libertar da opressão dos dominantes não basta que ele tenha consciência crítica da opressão, mas que se disponha a transformar essa realidade. É preciso realizar um trabalho de conscientização e politização.

A pedagogia do dominante é fundamentada em uma concepção bancária de educação, na qual predomina o discurso e a prática em que o sujeito da educação é o educador, sendo os educandos como vasilhas que podem ser enchidas; o educador deposita “comunicados” que aqueles recebem, memorizam e repetem, gerando uma prática totalmente verbalista, dirigida para a transmissão e avaliação de conhecimentos abstratos, numa relação vertical em que o saber é dado, fornecido de cima para baixo, é autoritário, pois manda quem sabe.

A educação “bancária”, em cuja prática se dá a inconciliação educador-educandos, rechaça este companheirismo. E é lógico que seja assim. No momento em que o educador “bancário” vivesse a superação da contradição já não seria “bancário”. Já não prescreveria. Saber com os educandos, enquanto estes soubessem com ele, seria sua tarefa. Já não estaria a serviço da desumanização. A serviço da opressão, mas a serviço da libertação (FREIRE, 1987 p. 62).

Para Freire, na educação configurada pela prática da dominação, o educando em sua passividade torna-se um objeto para receber a doação do saber do educador que é tido como sujeito mais importante de todo o processo, pois é ele que possui o conhecimento. Esse tipo de educação pressupõe um mundo sem conflitos, inexistente de contradições, dá a conservação da ingenuidade do oprimido que, como tal, aceita, acostuma-se e acomoda-se no mundo que privilegia os dominantes.

O nosso Mestre queria tirar a sociedade da submissão, da passividade, lutando para que eles soubessem ler e interpretar o mundo, criando, assim, uma tática educativa para esclarecer politicamente o povo brasileiro.

Se acreditamos que a educação tem um papel importante para a formação do indivíduo e que desta formação surgem relações que transformam a realidade social, é necessário apontar as possi-

bilidades de construção de uma nova ordem, pois como foi dito, a educação pode servir tanto para a libertação quanto para a opressão do homem.

Portanto, podemos concluir que a educação tanto serve para a domesticação quanto para a libertação do homem, por isso é importante fazer uma análise da conjuntura política e histórica do contexto da educação de jovens e adultos para ampliar a visão e entender os interesses que influenciaram as concepções de ensino em nosso país, e tentar reconstruir uma nova ordem, pautada em práticas diferentes das que foram construídas no passado brasileiro. Assim, trouxemos uma trajetória histórica desse ensino no Brasil e algumas reflexões de como as políticas se portaram frente à educação de jovens e adultos.

O contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Como fizemos uma abordagem social e pedagógica, é de suma importância discutir, detalhando o contexto histórico da educação de Jovens e Adultos no Brasil, para entendermos melhor porque o nosso mestre Paulo Freire preconizou a necessidade de humanizar e politizar o ensino para estes educandos de forma emancipatória.

Portanto, se faz necessário resgatar a história da educação de jovens e adultos no Brasil e, assim, contextualizá-la com fatos acontecidos ao longo da sua trajetória de implantação, ou seja, como foram se configurando os programas de alfabetização dirigidos pelo governo, quais e a quem atendiam os seus princípios, enfim, são inúmeros os questionamentos.

Para nos ajudar a ilustrar o contexto histórico da EJA no Brasil, temos o artigo da *Folha de São Paulo* (2003, C3), que revela a trajetória deste ensino. Consta nesse artigo que o Brasil luta há quase 60 anos contra o problema do analfabetismo; é que aconteceram campanhas oficiais de alfabetização desde os anos 40. Foi no governo de Eurico Gaspar Dutra (1947) que começou a campanha de Educação de adolescentes e adultos.

Presidentes como Getúlio Vargas, em 1952, e Juscelino Kubitschek, em 1958, iniciaram campanhas para lidar com o problema do analfabetismo. O primeiro realizou a Campanha Nacional de Educação Rural e o segundo criou a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), reestruturada em 1960.

Na tentativa de alcançar metas que diminuíssem os índices de analfabetismo, o Movimento de Educação de Base (1961), criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil, visava extinguir o analfabetismo com escolas radiofônicas, atendendo 455.671 alunos em 14 Estados.

Um marco que definiu dois tipos distintos de alfabetização aconteceu em 1962, quando o professor da Universidade Federal de Pernambuco, Paulo Freire, propôs uma técnica que previa o ensino a partir do universo de cada grupo a ser alfabetizado. Assim, em 21 de janeiro de 1964, o método Paulo Freire torna-se programa oficial do governo, mas é extinto em 14 de abril, logo depois do movimento militar de 1967.

O regime militar (1964-1985) cria a Fundação Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), com o objetivo de alfabetizar 11,4 milhões de pessoas em quatro anos e erradicar o analfabetismo em oito anos (1975). Com isso, até 1977 teriam sido alfabetizados 11,2 milhões de pessoas, reduzindo a taxa de analfabetos para 14,2%. O Mobral foi extinto em 1985 e foi criada a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Educar), no governo José Sarney. Em quatro anos a fundação atendeu a cinco milhões de analfabetos, de um total de 30 milhões.

Programas e planos foram criados, tais como o Pnac (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), em 1990, no governo Fernando Collor que tinha como objetivo reduzir, em quatro anos, 70% do número de analfabetos. E também o plano Decenal (1993), firmado em 1993 por mais de 70 países sob a chancela da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), assinado pelo presidente Itamar Franco. A taxa de analfabetismo deveria chegar a zero em 2003.

Em 1997, o governo de Fernando Henrique Cardoso cria o Programa Alfabetização Solidária. Em junho de 2002 atinge a marca de 3 milhões de alunos em 2.010 municípios. Em 2003, o Programa Analfabetismo Zero (modificado para Brasil Alfabetizado), do governo Lula, objetiva atingir 20

milhões de pessoas em quatro anos.

Essas informações nos ajudam a entender como era o ensino e o porquê das dificuldades dos alunos que recomeçam a estudar. A análise pode começar a ser feita com a seguinte pergunta: nos anos 50, 60, e 70 era do interesse dos governantes formar cidadãos conscientes de seus direitos? Alunos com visão crítica e leitura de mundo aguçada? Se hoje os nossos governantes ainda não defendem esses pontos como prioridade para a educação, imaginem neste período em que as estruturas democráticas estavam fragilizadas.

O ponto principal da análise do contexto social e político que realizamos anteriormente, pode ser descrito nesta questão: qual a herança deixada pelos programas de alfabetização ou o que os alunos herdaram deste tempo e qual a concepção que ficou implícita? Podemos interpretar que a concepção presente neste período é de que o analfabetismo era um mal que deveria ser erradicado, ou seja, é como se os “analfabetos” fossem um mal para a sociedade. A principal meta de todo programa assenta-se na perspectiva de resultados estatísticos, de mostrar resultados, índices que mostrem que o analfabetismo é um problema que vai deixar de existir.

Não fica muito explícito o interesse em formar aprendizagens significativas, em propiciar condições para que estas pessoas tivessem os seus direitos assegurados, de ter acesso ao patrimônio cultural humano, de saber ler e interpretar significativamente. Não basta ter diplomas é preciso mais que isso para ser considerado alfabetizado, é preciso saber ler nas “entrelinhas”.

Assim, podemos começar a entender porque os alunos com mais idade, ainda hoje, sentem vergonha de serem analfabetos, e porque também desconfiam de suas capacidades intelectuais. Se analisarmos as suas trajetórias podemos perceber de onde vem o medo de recomeçar. Sabemos que alguns alunos persistem, mesmo com medo ou com vergonha retornam às salas de aula, enfrentando muitos obstáculos.

Por isso, precisamos saber que trabalhar com jovens e adultos que ainda não estão alfabetizados requer posturas diferenciadas, principalmente porque o analfabetismo está ligado à fome e à miséria que segrega socialmente essas pessoas. Essa condição reduz as possibilidades de frequentar a sala de aula e, muitas vezes, requer um esforço significativo por parte do alfabetizador para motivá-los a buscar o ensino, pois as condições mínimas de sobrevivência lhes são negadas.

O que queremos destacar neste momento é que temos que construir uma prática pedagógica que pressupõe uma participação coletiva, a participação do educando e do educador como sujeitos do processo que se baseia em uma relação dialógica e que deve ser uma relação contínua, dinâmica e, principalmente, crítica, que tente resgatar a identidade, a cultura e a cidadania dessas pessoas.

Para que o alfabetizador consiga realizar um bom trabalho, ele precisa estar atento à sua formação, às concepções que ele trás do que é o ensino e do que é ser um alfabetizador, para então construir as suas práticas nas diversas situações que ele terá de enfrentar, pois ele deve tentar dar a essas pessoas o que elas sonham e esperam dele. Que ele realize o desejo de lhes ensinar a ler e escrever.

O alfabetizador sua formação e os desafios de sua prática

Para superar o medo que os alfabetizandos têm, a sala de aula deve ser um espaço aberto para que os alunos falem de suas experiências de vida, suas alegrias e suas frustrações, e na fala destes sentimentos os professores podem aproveitar palavras, frases e enriquecer sua prática, transformando as atividades propostas, partindo da realidade do aluno.

A metodologia que buscamos precisa ser concebida com base nos princípios de uma educação libertadora na prática da leitura de mundo, considerando a realidade do educando.

[...] o trabalho pedagógico não ocorre de modo arbitrário, mas pela intervenção (política e pedagógica) do educador (marcada pela sua subjetividade-objetividade) que antevê e projeta conscientemente sua ação pedagógica [...] (RAYS, 1996, p.38).

Construir uma prática em concepções libertadoras e críticas não é uma tarefa fácil, pois se fizermos uma análise da formação que geralmente os professores trazem consigo, podemos visualizar os resquícios de uma educação tradicional, despolitizada e do tempo da cartilha, da memorização. E, assim, para desarraigar-se deste modelo tradicional exige-se muita dedicação e estudo.

Sabemos da necessidade de mudanças para não sermos adeptos de uma educação bancária, sendo preciso fazer uma verdadeira reconstrução interna, que pode ser um processo lento, porém necessário, surgindo no decorrer da prática. Um exemplo fácil de se perceber em um professor nada inovador é aquele que recorre à cartilha como seu guia universal no método para ensinar, criticamos a cartilha porque ela sugere o “de cor”, a memorização, a reprodução mecânica e a cópia sem sentido.

Contrariando esta prática mecânica de reprodução, surge a necessidade de usar outros recursos didáticos, outros métodos, tais como utilizar textos reais, partir de situações problema, desafiar o aluno a construir seus próprios textos. Isso porque é necessário renovar o ensino, desenvolver aprendizagens efetivas, devendo o aluno ser capaz de ler, escrever e interpretar, ou seja, ele deve ser capaz de construir suas próprias leituras. O alfabetizador precisa repensar o que é realmente a leitura, e para conceituá-la nos reportamos a Martins (1988):

A leitura vai, portanto, além do texto (seja ele qual for) e começa antes do contato com ele. O leitor assume um papel atuante, deixa de ser mero decodificador ou receptor passivo. E o contexto geral em que ele atua, as pessoas com quem convive, passam a ter influência apreciável em seu desempenho na leitura. Isso porque o dar sentido a um texto implica sempre levar em conta a situação desse texto e de seu leitor. E a noção de texto aqui também é ampliada, não mais fica restrita ao que está escrito, mas abre-se para englobar diferentes linguagens (p. 32-33).

Se entendemos que a leitura não é constituída somente na habilidade de entender códigos lingüísticos, é preciso que o leitor entenda o que está lendo e que a leitura é necessária para podermos ter acesso ao patrimônio cultural. A leitura que precisamos hoje vai além do codificar e decodificar letras.

É preciso ver a leitura com um importante meio de interação entre os homens e o meio social em que estamos inseridos, isto nos remete a um mundo globalizado, em que as informações circulam muito rápidas e o acesso à diferentes conhecimentos e à diferentes culturas acontece a todo momento. Contudo, nem todos têm o privilégio de entender esse mundo global. Por isso, o alfabetizador deve situar a sua prática na construção de leitores capazes de resignificar o que lêem dando sentido, interpretando, sabendo se posicionar como críticos capazes de se situar frente ao que foi lido, concordar ou discordar e interagir com as palavras e com os dizeres escritos.

Assim, o que se busca é uma perspectiva em que exista uma valorização dos conhecimentos do aprendiz e uma compreensão pessoal e crítica do mesmo. Segundo Martins (1988, p. 32), “Decodificar sem compreender é inútil; compreender sem codificar impossível. Há que se pensar a questão dialeticamente”.

Hoje, a grande dificuldade para a leitura em nossa sociedade é que culturalmente ler não é um hábito, e o professor deverá estimular a leitura a todo momento, pedir até para os alfabetizados adultos que ainda estão começando a ler, a observar revistas, jornais, livros etc, favorecendo o contato com diferentes materiais escritos, e já desenvolvendo o hábito pela leitura.

Podemos entender, seguindo a lógica apontada, como deve ser a leitura, que o professor e a escola têm que propiciar a leitura ampla, capaz de favorecer ao aluno condições para que o mesmo possa interpretar e refletir criticamente sobre o mundo. Para isso exige-se a superação do professor tradicional, daquele que não propicia diferentes formas de leitura, que vive preso ao livro didático, que não sabe valorizar a cultura e a realidade social do aluno.

O professor que pretende ser diferente do professor tradicional precisa estudar e buscar dife-

rentes fontes pedagógicas e planejar. O planejamento é fundamental para orientar os caminhos que ele deve percorrer. Sabemos que muitos fatores influenciam para que se consiga o sucesso no ato de alfabetizar. Para isso, o alfabetizador precisa fazer um movimento constante de planejar, observar, anotar e avaliar cada encontro com os seus alunos. Com isso ele é capaz de compreender o que faz e é capaz de decidir, modificar e intervir no momento certo.

Planejamento: um passo importante para um bom trabalho

O educador deve se posicionar diante do referencial teórico e tomá-lo como suporte em sua prática pedagógica, deve saber como conduzir essa prática no sentido de ter em mente quais as etapas do processo de sua prática na sala de aula, por isso é importante fazer um planejamento de ensino.

Os professores precisam perceber que planejar é um grande passo para quem quer desenvolver um bom trabalho, pois uma vez tendo encontrado, por meio do estudo teórico, os princípios que norteiam o seu trabalho docente, deve-se saber como será a sua atuação prática. O planejamento de ensino aponta que caminhos devem ser percorridos, assim a trajetória fica mais clara.

Segundo Gouveia e Geraldi (1993), é importante planejar e para isso deve-se fazer um diagnóstico dos conhecimentos prévios dos alunos, pois desta maneira o conteúdo que será trabalhado terá mais significado. Em seguida, vem a tomada de decisão, pois planejar é decidir, e é nesta fase que o professor faz sua opção de ação de ensino. Outro procedimento importante é a operacionalização da decisão que considera os itens anteriores, definindo como as ações serão tomadas.

Dentro deste planejamento de ensino existem vários elementos importantes e que devem ser construídos, tais como: seleção e organização dos conteúdos, um cronograma para as atividades, os materiais e a avaliação. Também é importante falar que a posição pessoal e política do professor com relação à disciplina influenciarão na seleção dos conteúdos.

A posição pessoal do professor — reduto de sua liberdade individual e social — é que, em última instância, vai imprimir a direção, o fio condutor do ensino da disciplina que irá ministrar. É o seu ponto de vista que, em última instância, será utilizado como fundamental na decisão do planejamento de ensino (GERALDI, 1993, p. 12).

O professor, sabendo da importância do planejamento de ensino, deverá tomar a primeira providência e fazer um pequeno diagnóstico para descobrir quais os conhecimentos prévios dos seus alunos. O resultado do diagnóstico apontará se a turma é heterogênea ou não, uns podem saber escrever e ler algumas palavras e até contar, outros podem não saber fazer nada disso. É necessário verificar em que estágio o alfabetizando se encontra para procurar entender as suas dificuldades e elaborar atividades que o façam avançar, garantindo o tempo natural e o desenvolvimento cognitivo de cada um.

Considerações finais

É preciso que o alfabetizador cobre uma postura do alfabetizando, a de que ele se mostre por inteiro na situação de aprendizagem, e ler o que ainda não foi dito, partir de suas suposições, escrever com as suas próprias palavras, assim, ele deve começar a escrever desde o início da primeira aula. Deve ser estimulado sempre a escrever, fazendo a tentativa da escrita em todas as aulas. Qualquer coisa que ele esboce já é um caminho. É preciso valorizar suas crenças e resgatar os conhecimentos que trazem o processo de escrita.

Se enfatizarmos a cópia da escrita contendo só as famílias silábicas, não estaremos contribuindo para a construção de um sujeito pensante, que ousa criticar e modificar. E assim, se a educação ficar a serviço da classe dominante, pouco faremos com as práticas mecânicas de ler e escrever e pouco faremos para que o adulto alfabetizando liberte-se da opressão. Esperamos com este artigo

que o educador supere algumas barreiras, incomode os acomodados, e que constantemente busque melhores métodos de ensino-aprendizagem.

Referências bibliográficas

BAPTISTELLA, Rosana. **Cultura**. Secretaria de Estado de Educação. Série Alfabetização e Cidadania. Cuiabá, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; MAZZA, Débora; NOGUEIRA, Adriano. **Na Escola que Fazemos...** Uma Reflexão Interdisciplinar em Educação Popular. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cotidiano**, Domingo, 13 de abril de 2003. C3.

GERALDI, Corina M.G.; GOUVEIA, Mariley S.F. **Roteiro de Planejamento para professores**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

LEAL, Antônio. **Fala Maria favela**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PERSONA, Rosa Maria Jorge. **Caderno do Alfabetizador**. Série Alfabetização e Cidadania. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, 1997.

Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. **Ler, escrever, libertar...** BB Educar. Banco do Brasil. Uberlândia, 2002.

Programa Brasil Alfabetizado. Formação Continuada de Alfabetizadores (as). **Curso de Formação de Alfabetizadores (as)**. Universidade Federal de Uberlândia, Pró-reitoria de Extensão Cultural e Assuntos Estudantis, Conselho Gestor do Brasil Alfabetizado. Uberlândia, 2003.

Programa Educação para a Qualidade do Trabalho. **Alfabetização**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: A Secretaria, 1997.

Programa Educação para a Qualidade do Trabalho: **Manual do Professor: Matemática/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: A Secretaria, 1997.

RAYS, Oswaldo Alonso. A relação teoria-prática na didática escolar crítica. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Didática: o ensino e suas relações**. Campinas: Papirus, 1996.

SANTOS, Maria Sirley dos. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Série Alfabetização e Cidadania. Cuiabá, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Desconstruindo o Construtivismo pedagógico. In: **Identidades Terminais**. As transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 213-228.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. BH: Autêntica, 2003, p.29-60.

_____. **Linguagem e escola**. Uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.